



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

165

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0014332-70.2013.8.17.0000
(0324085-1)

Recorrente: Felipe Francisco de Souza

Recorrida: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA DO RELATOR. PRELIMINARES DE INADMISSIBILIDADE DO AGRAVO DE INSTRUMENTO POR INSUFICIÊNCIA DO PREPARO RECURSAL E DE INADEQUAÇÃO DO AGRAVO NA FORMA DE INSTRUMENTO POR AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO CONHECIMENTO. MÉRITO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME. 1) Preliminares: As preliminares de inadmissibilidade do agravo de instrumento por insuficiência do preparo recursal e de inadequação do agravo na forma de instrumento por ausência dos requisitos legais já foram rejeitadas pelo então Relator do feito, conforme pode ser observado na decisão terminativa de fls. 95/98, publicada no DJe do dia 13/02/2014 (conforme certidão de fl. 99), a qual não foi impugnada pelo ora recorrente. Preliminares não conhecidas. **2) Mérito:** Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação da decisão combatida, mesmo porque, não há nos autos qualquer decisão que tenha modificado o entendimento esposado pelo Magistrado do 1º Grau acerca da determinação de que a perícia médica deverá ser realizada por perito judicial. Não havendo qualquer decisão que tenha modificado a determinação para que a perícia médica seja realizada por perito judicial, tem-se que falta ao recorrente interesse recursal, já que as suas pretensões se coadunam com o que restou decidido nas duas instâncias, fato que impõe o não conhecimento do recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **não conhecer as preliminares** arguidas e, no mérito, também à unanimidade de votos, igualmente **não tomar conhecimento do recurso interposto** por falta de interesse recursal, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 21 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

166

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0014332-70.2013.8.17.0000
(0324085-1)

Recorrente: Felipe Francisco de Souza

Recorrida: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida à fls. 127/128.

Trata-se de Recurso de Agravo apresentado por **Felipe Francisco de Souza** contra a decisão terminativa monocrática de minha lavra que, em juízo de retratação de ofício, revogou em parte a decisão terminativa proferida pelo então Relator do feito, Des. Stênio Neiva (fls. 95/98) e deu provimento parcial ao agravo de instrumento de fls. 02/20, apenas para desobrigar a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, ora recorrida, do encargo de arcar com os honorários do perito judicial.

Preliminarmente, o recorrente arguiu a inadmissibilidade do agravo de instrumento por insuficiência do preparo recursal e a inadequação do agravo na forma de instrumento por ausência de requisitos legais.

No mérito, em síntese, alegou que a perícia médica que deverá ser realizada para se aferir o exato grau de invalidez que possui, em razão do acidente de trânsito que sofreu, tem por finalidade auxiliar o Juiz na elucidação dos fatos controversos, quando ele não possuir os conhecimentos técnicos necessários para tanto e, justamente por essa razão, deverá ser realizada por perito de livre escolha do magistrado.

Aduziu, ainda, que "não se demonstra razoável imputar à parte autora que espere indeterminadamente até que exista tempo hábil ou interesse por parte do Instituto de Medicina Legal (IML) para a realização da perícia" (fl. 139), e que "... não merece censura a decisão que, de modo fundamentado, opta pela nomeação de perito médico de sua confiança para realizar os exames clínicos necessários e indicar o grau de invalidez..." (fl. 140).

Requeru o acolhimento das preliminares e, no mérito, pugnou pelo provimento do recurso para negar provimento ao agravo de instrumento.

É o relatório. Submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

Recife, 21 de maio de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

167

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0014332-70.2013.8.17.0000
(0324085-1)

Recorrente: Felipe Francisco de Souza

Recorrida: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Na parte que interessa, a decisão recorrida está assim vazada
(fls. 127/128):

"(...). É o relatório. Decido. Inicialmente, firmo convicção de que a relação jurídica estabelecida no contrato de seguro obrigatório possibilita a inversão do ônus da prova, vez que o autor, como beneficiário da gratuidade da justiça, não pode ser obrigado a custear a realização da perícia, por não dispor de condições para tanto. Do contrário, o direito fundamental ao acesso à justiça restaria inviável para a parte vulnerável (4ª Câmara Cível. Rec. Ag. no AI nº 0319230-3, Rel. Des. Eurico de Barros Correia. Julg. em 06/03/2014).

Contudo, mesmo diante da hipossuficiência da parte autora/recorrida, a inversão do ônus da prova, por si só, não tem o condão de obrigar a seguradora (ré/recorrente) a arcar com as despesas da perícia que foi solicitada pela parte adversa que, por gozar dos benefícios da justiça gratuita, não possui condições de adiantar os honorários do perito.

Ressalte-se que, apesar de não ser obrigada a arcar com as despesas da perícia, a seguradora deve estar ciente de que a realização desta também representa uma oportunidade para que ela possa comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito que o autor alega possuir (art. 333, II, CPC), bem como que, posteriormente, caso não suporte as despesas com a realização da perícia, poderá sofrer as consequências processuais resultantes da não realização desta, já que os fatos alegados pelo autor, por presunção, poderão ser tidos como verdadeiros. A esse respeito, observe-se o entendimento do STJ:

'PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL: DESCABIMENTO DO ESPECIAL - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE: SÚMULA 284/STF - CONTROVÉRSIA FÁTICA: SÚMULA 7/STJ. 1. (...). 5. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, em se tratando de relação de consumo e sendo hipossuficiente o autor, cabível a inversão do ônus da prova, o que não tem o efeito de obrigar a parte contrária arcar com o custo da prova requerida



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

168.

pelo consumidor. Entretanto, o réu sofre as consequências processuais advindas de sua não-produção, ou seja, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. 6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido.' (REsp 871350/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/05/2008, DJe 26/05/2008)

Ante o exposto, em juízo de retratação de ofício, revogo em parte a decisão terminativa de fls. 95/98 para, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao agravo de instrumento de fls. 02/20, apenas para desobrigar a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** do encargo de arcar com os honorários do perito, advertindo a agravante da inversão do ônus da prova.

P.I.R. Transitado em julgado, remetam-se os autos ao juízo de origem. Recife, 1º de abril de 2014. **Des. Jovaldo Nunes Gomes – Relator** (destaques no original)

I) Quanto às preliminares:

O recorrente arguiu, preliminarmente, a inadmissibilidade do agravo de instrumento por insuficiência do preparo recursal, bem como a inadequação do agravo na forma de instrumento por ausência dos requisitos legais (fls. 133/138).

Inicialmente, esclareço que não tomo conhecimento das mencionadas preliminares, posto que as mesmas já foram rejeitadas pelo então Relator do feito, Des. Stênio Neiva, conforme pode ser observado na decisão terminativa de fls. 95/98, publicada no Diário Oficial Eletrônico – Poder Judiciário do dia 13/02/2014 (conforme certidão de fl. 99), contra a qual o ora recorrente não se insurgiu.

II) Mérito:

No mérito, não observo, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação da decisão combatida, mesmo porque, não há nos autos qualquer decisão que tenha modificado o entendimento esposado pelo Magistrado do 1º Grau acerca da determinação de que a perícia médica deverá ser realizada por perito judicial.

Ressalte-se que, quando proferi a decisão terminativa de fls. 127/128, exerci juízo de retratação de ofício apenas para revogar a parte da decisão terminativa do Des. Stênio Neiva (fls. 95/98) em relação à determinação de que os honorários periciais deveriam ser pagos pela seguradora, ora recorrida. Veja-se (fl. 128):

"Ante o exposto, em juízo de retratação de ofício, revogo em parte a decisão terminativa de fls. 95/98 para, com base no art. 557, § 1º-A,



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

169

do CPC, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao agravo de instrumento de fls. 02/20, apenas para desobrigar a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** do encargo de arcar com os honorários do perito, advertindo a agravante da inversão do ônus da prova." (destaques no original)

Além disso, observe-se que o Juiz *a quo* consignou na decisão atacada pelo agravo de instrumento que a perícia deveria ser realizada por perito judicial (fl. 50):

"(...). De logo, nomeio perito para avaliar a alegada invalidez do (a) autor(a), o **Dr. Francisco Erlandio de Melo Júnior, CRM/PE 15940, AM Afogados da Ingazeira/PE**, devendo ser intimado para apresentar laudo, do qual conste se o autor é ou não portador de invalidez e, em caso afirmativo, se é total ou parcial, bem assim a respectiva CID." (destaques no original)

Ao se manifestar sobre o tema, o Des. Stênio Neiva, corroborando com a decisão do 1º Grau, assim se pronunciou (fl. 97):

"(...). No tocante ao pleito de realização do exame pericial pelo Instituto Médico Legal de Pernambuco, destaco que **é de livre arbítrio do magistrado a quo fixar o modo pelo qual a perícia judicial será realizada**, nos termos do livre convencimento motivado (art.130 do CPC).

Ademais, **não é razoável o encaminhamento ao IML, tendo em vista que não há esse órgão na cidade do Agravado (município de Flores)**, sendo, então, de difícil acesso.

Desta feita, **o deslocamento do município em que reside o Agravado até um dos postos do IML demandaria gastos que não se podem atribuir a um de dependente da Assistência Judiciária Gratuita, razão pela qual indefiro o requerimento.**" (grifei)

Portanto, como visto, não há qualquer decisão que tenha modificado a determinação para que a perícia médica seja realizada por perito judicial, razão pela qual falta ao recorrente interesse recursal, já que as suas pretensões se coadunam com o que restou decidido nas duas instâncias.

Ante o exposto voto no sentido de **não conhecer** o recurso de agravo de fls. 131/155, mantendo a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator